



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Relatório de Audiência

Dia: 29 de Setembro de 2011

Hora: 12h00

N.º 13/XII (1.ª)

ENTIDADE: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, representado por José Valentim (dirigente da União dos Sindicatos de Leiria), Gracinda Costa (trabalhadora da Bonvida Porcelanas), Ângela Ferreira e Maria Madalena Marcelino.

ASSUNTO: Encerramento da Empresa BONVIDA – Porcelanas, S.A., na Batalha.

Recebida pelos Senhores Deputados Maria da Conceição Pereira, Clara Marques Mendes e Paulo Batista Santos (PSD), João Paulo Pedrosa (PS) e Jorge Machado (PCP).

Os requerentes da audiência, que foi gravada em suporte áudio e pode ser consultada no seguinte link: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?ID=91206>

chamaram a atenção para o facto de no passado dia 5 de Setembro a administração ter, através de comunicado, informado da dispensa, a partir de dia 26 de Setembro, dos cerca de 168 trabalhadores. Posteriormente, a 26 de Setembro, foi divulgado novo comunicado mantendo a suspensão da laboração até dia 15 de Outubro. Informaram igualmente que os trabalhadores têm mantido uma vigília contínua à porta daquela empresa, que tem mais de 30 anos, a fim de salvaguardar o seu património, temendo que esse esforço não possa manter-se por muito mais tempo.

Prosseguiram dizendo que, para além de salários em atraso, também estão em falta os subsídios de férias e de Natal desde 2007 e que, ainda que a ACT de Leiria esteja a acompanhar a evolução da situação e tenha aplicado diversas coimas, não é possível deixar de falar em má gestão, até porque a contabilidade da empresa, que conta com um grupo de lojas espalhadas pelo país, oferece grandes dúvidas.

Realçaram que os 168 trabalhadores são na sua maioria do concelho da Batalha, no qual o nível do desemprego tem sido inferior à média nacional mas, a concretizar-se o despedimento, esse valor aumentará cerca de 30%, para além de constituir um drama social.



Deram conta da frustração sentida motivada pelo comportamento das autoridades que, passivamente, ao longo do tempo, permitiram que a administração descapitalizasse a empresa, a qual nunca foi alvo de fiscalização eficaz no que diz respeito às contas, sendo que, no corrente ano, até aumentou a produção em 10% relativamente ao ano anterior.

Precisaram que, naquele momento, decorria uma reunião com representantes do IGFSS, do IAPMEI, do Ministério da Economia e da Câmara Municipal da Batalha, e, eventualmente, com representantes da empresa para tentar encontrar uma solução para a situação criada.

O Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) saudou os representantes do Sindicato e agradeceu as informações trazidas, que considerou muito importantes. Realçou que o sector cerâmico é muito importante em Leiria e que, no caso presente, parece tratar-se mais de um problema de fraude e de gestão danosa do que de falta de mercado, razão pela qual importa chamar a atenção das autoridades com competência para intervir. Informou que os Deputados do GP-PS do distrito de Leiria irão dirigir-se ao Ministério da Economia e ao IAPMEI/AICEP para tentarem acautelar os postos de trabalho e a manutenção da empresa.

Também o Senhor Deputado João Paulo Batista (PSD) cumprimentou os representantes do Sindicato e informou que conhece muito bem a situação descrita. Opinou que, mais do que optar por uma lógica de fiscalização, importa tentar envolver a administração da empresa na manutenção dos postos de trabalho. Disse que tem conhecimento de dois novos empresários credíveis, que poderiam possibilitar novos contratos. Porém, tem-se verificado um bloqueio sistemático por parte da actual administração, que poderia ceder ou alienar parte do capital ou permitir a entrada de outros.

Aclarou que o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia está preocupado com a situação e que também o Presidente da Câmara Municipal da Batalha se tem esforçado no sentido de esgotar todas as possibilidades de negócio mas o comportamento do empresário não tem sido digno.

Considerou benéfico tentar esgotar a diplomacia económica, não esquecendo a possibilidade de ser accionado o fundo de garantia salarial, já que os processos de insolvência e de recuperação de empresas são muito morosos e podem ter consequências irreversíveis.

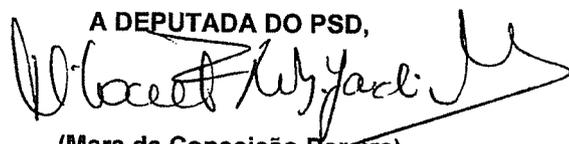
O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) considerou que se está perante uma situação criminosa do ponto de vista económico e social, até porque aquela empresa tem não só mercado como clientes e o interesse nacional está comprometido com a atitude irresponsável do empresário, que não pode deixar de ser penalizado judicialmente. Disse que, em sua opinião, o mais importante é a viabilização dos postos de trabalho e a manutenção da empresa. Daí a premência da intervenção urgente do Governo, a quem o PCP, em total solidariedade com os trabalhadores, dirigiu uma pergunta no passado dia 23



de Setembro.

A Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) lembrou que qualquer encerramento de empresa tem consequências dramáticas para a comunidade. Referiu-se de seguida ao compromisso assumido por todos os grupos parlamentares no sentido de acompanharem a situação, assegurando que, sempre que o sindicato necessitar, poderá dirigir-se à Assembleia da República.

Palácio de São Bento, em 3 de Novembro de 2011.

A DEPUTADA DO PSD,

(Mara da Conceição Pereira)